



Novas propostas para o uso da terra

O modelo de reforma agrária distributivista, empregado no Brasil ao longo dos últimos anos, e baseado no puro e simples esforço de desapropriação de terras, está ultrapassado.

Somente distribuir terras, como, infelizmente, foi feito, é desperdício de dinheiro, tempo e inteligência. Não conseguiremos fazer disso um vetor de crescimento para o País. Como não é mais o principal insumo de produção da atividade rural, a terra, para ser viável, requer crédito, tecnologia, gestão, marketing, entre outros fatores. É outra visão.

Na perspectiva alinhada com a modernização das regras de mercado, ter terras não significa ter renda. Enquanto bem fundiário, a terra, por si só, não é mais uma garantia de retorno financeiro. Se o produtor rural fica com a terra ociosa, sem produzir, terá prejuízo e será excluído naturalmente do negócio. Terra não é tratada como reserva de valor.

A fórmula "desapropriar + distribuir a terra" é, nos dias de hoje, equivocada do ponto de vista de desenvolvimento sócio-econômico. Pune quem produz, tem caráter assistencialista e é caro. O governo se defronta com a escassez de recursos para comprar terras, e quando os tem, emprega mecanismos com custo-benefício duvidoso e de pouca atratividade, como os Títulos da Dívida Agrária (TDAs).

É imperativo encontrar, primeiro, um modelo para melhorar as condições de infra-estrutura, crédito, educação, compra e venda (ligando assentamentos a agroindústrias) de quem já trabalha com a terra. Caso contrário, assistiremos cada vez mais ao nascimento de favelas rurais e à fuga de empreendimentos importantes para cumprir o papel de reintegração social e do desenvolvimento das pessoas nas economias locais.

SIM À PRODUÇÃO, NÃO À DOAÇÃO

O formato de reforma agrária eficiente deve valorizar a produção, e não a doação. Seu objetivo é estimular a emancipação econômica, visando à geração de renda, empregos e oportunidades. Sem esta consciência, não passa de uma ação assistencialista. Deve-se modificar o enfoque, no sentido de fortalecer investimentos em programas de financiamento para a compra de terras, de modo a priorizar o homem com vocação para trabalhar no campo. Se, na cidade, o cidadão financia sua casa própria, por que doar terras?

Outras sugestões, como a experiência de sucesso baseada em arrendamento, ocorrida no Triângulo Mineiro, podem ser o embrião para a modernização das políticas fundiárias. Tradicional na pecuária extrativista, a região

se transformou num rico pólo produtor de grãos, a partir da união de interesses comuns entre quem tinha terras com quem estava disposto a colaborar com trabalho. Um modelo de relação empresarial.

Quando o assentado paga com o valor da sua produção o direito de uso da terra, os programas de reforma agrária podem dar bons resultados. Nesse formato, aplicado com êxito em países do sudeste asiático, o assentado recebe orientação sobre o que produzir (com base em estudos de viabilidade econômica da atividade rural nas regiões). À medida que cumpre sua meta de produção, o assentado abate do preço da terra o valor produzido.

INSTITUIÇÕES FORTES

Outro ponto que merece destaque passa pela consolidação de instituições fortes e com respeito à lei, em prol do desenvolvimento nacional. As invasões são uma forma de pressão ilegal e desgastada. A população não aceita ações desse tipo e o produtor fica desestimulado e inseguro para investir e produzir. Qualquer reivindicação deve ser feita dentro da lei, sem ameaça e geração de insegurança. É preciso respeitar as pessoas e o direito de propriedade.

Os indicadores de produtividade considerados para efeito do Imposto Territorial Rural são bastante altos e, mais do que isso, a competitividade do mercado age como instrumento de pressão para o agricultor produzir. Por isso, discordamos de propostas para alterações e aumentos de índices. Para o produtor, um aperto ainda mais no torniquete, com uma modificação de regras, soa como um subterfúgio para a formação de estoque de terras para assentar, muitas vezes, uma massa 'artificial' de famílias sem aptidão para trabalhar com a terra.

Diante do que o setor agrícola fez, faz e representa para a nação brasileira, devemos continuar no esforço inteligente de unirmos forças com os demais setores produtivos do País. Uma atuação conjunta em defesa do direito de produzir. Os governos devem ajudar para aplicarmos o nosso conhecimento, no sentido de produzir para gerar empregos e renda para todos.

Ao concluir, quero expor o desafio desta coluna de funcionar como fórum para apresentação de idéias, sugestões, propostas e soluções. Quero fomentar um ambiente saudável de reflexão, democrático, não sectário, com o máximo objetivo de orientar na criação de políticas públicas e privadas favoráveis ao desenvolvimento do setor rural. Tudo isso com maior ênfase nos negócios, para levar ao desenvolvimento permanente das pessoas e do Brasil. ■

O autor é presidente da Sociedade Rural Brasileira